

PROGRAMA DE GOVERNO SIMÃO JATENE 2003/2006

**MAIS PELO
NOVO PARÁ**

**Belém – Pará, 2002
www.jatene45.com.br**

“Hoje o Pará tem um projeto. Sabemos de onde partimos, onde estamos e aonde queremos chegar. Temos um ponto de partida e sabemos o caminho que temos a percorrer”.

Simão Jatene
Belém, julho de 1998

SUMÁRIO

PARÁ: UM ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO

OS NOVOS DESAFIOS

O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO

COMPROMISSOS DE GOVERNO :

- ? **Mais produção, mais empregos**
- ? **Inclusão social e combate à pobreza**
- ? **Infra-estrutura para o desenvolvimento**
- ? **Ciência, tecnologia, inovação e meio ambiente**
- ? **Expansão e humanização das ações de saúde**
- ? **Oportunidades educacionais para todos**
- ? **Valorização da cultura paraense e apoio ao esporte e ao lazer**
- ? **Segurança para todos os cidadãos**
- ? **Fortalecimento institucional**

PARÁ: UM ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO

Este documento expressa as diretrizes básicas e os principais compromissos que o Governo de Simão Jatene assume perante a sociedade paraense, dando prosseguimento às grandes transformações iniciadas pelo Governo Almir Gabriel. Sua elaboração teve o objetivo de dar unidade à proposta de continuidade dessas transformações, incorporando as novas demandas sociais, expressas através de valiosas contribuições recolhidas no debate franco com os mais diversos segmentos da população, imprescindíveis ao processo de construção do Novo Pará.

Esta proposta parte do princípio de que o Pará de hoje é muito diferente e melhor do que o Pará do passado. Nos últimos oito anos foi posto em marcha um novo pacto entre governo e sociedade, em que Estado e iniciativa privada procuraram articular suas ações no interesse público, fortalecendo a cidadania e impedindo que os interesses individuais prevalecessem sobre os da coletividade. Isso permitiu criar as bases indispensáveis para o seu desenvolvimento sustentável e elevar a auto-estima do nosso povo, rompendo com velhas estruturas e semeando uma nova esperança no futuro.

A União pelo Pará é, hoje, muito mais que o rótulo de uma coligação partidária. É a legenda viva da determinação de um povo em torno de um novo projeto de Estado que só pode ser edificado através da forte aliança de todos aqueles que amam o Pará.

Cabe, entretanto, reconhecer que as mudanças realizadas até aqui, quer na infra-estrutura e na atividade produtiva, como nas condições de vida e de trabalho das pessoas, precisam prosseguir. A consolidação desse Novo Pará com que todos sonhamos e estamos comprometidos em construir, exige que se valorize o que já foi iniciado, se melhore o que está feito e se inove naquilo que ainda não foi possível realizar.

Os desafios são cada vez maiores e exigem o permanente revigoramento do processo de articulação política entre o Governo, em seus diferentes níveis, e os demais atores políticos e sociais envolvidos nessa transformação. Cabe, agora, incorporar às estratégias de ação governamental em curso um firme apoio ao desenvolvimento local integrado, ou seja, à **municipalização do desenvolvimento**.

O caráter inovador desta proposta, *estratégia central* do Programa de Governo de Simão Jatene, é o de dar continuidade à construção do Novo Pará a partir de seu interior. Cada região, cada município, dentro de um estado de dimensões continentais e com a complexidade ambiental e diversidade cultural como a que caracteriza o nosso Estado, constitui uma realidade peculiar que precisa ser considerada em todas suas especificidades.

A concepção desse modelo implica, portanto, a estruturação de um processo de desenvolvimento cuja unidade se construirá a partir da diversidade das partes, que requer ações diferenciadas em cada espaço considerado. Isso impõe, sem dúvida, políticas públicas cada vez mais voltadas para o fortalecimento de espaços sub-regionais, ou seja, das municipalidades e dos consórcios municipais, reconhecendo que é na sua cidade, na sua vila, que as pessoas se defrontam com os problemas.

É por isso que o Programa de Governo de Simão Jatene buscará sempre o conhecimento dinâmico e o convívio intenso com as diferentes realidades locais, que permitirão melhor

organizar e articular o conjunto das intervenções públicas e privadas, almejando a convergência de ações dos diferentes níveis de governo e atores locais, municipais ou regionais que, não raramente, expressam interesses diferenciados e, às vezes, até antagônicos.

São *objetivos fundamentais* do Governo de Simão Jatene promover o **aumento das oportunidades de trabalho e de geração de renda** e oferecer **serviços públicos de qualidade** à população. Esses objetivos têm como denominador comum o imperativo de **expandir a produção** e de **promover melhor distribuição da riqueza** produzida, seja através da inserção efetiva da força-de-trabalho na atividade produtiva, seja através da ampliação e do fortalecimento da rede de proteção social, buscando alcançar a universalização do atendimento dos serviços de saúde e educação e a melhoria das condições de moradia e de segurança dos cidadãos.

Esses são os grandes desafios na luta contra a pobreza e a exclusão social, contra o desemprego e contra a violência, compromissos cujos resultados concretos não podem ser alcançados sem competência técnica, política e administrativa, atributos que Simão Jatene reuniu ao longo de toda sua trajetória como professor, pesquisador e servidor público. Compromissos que não poderiam ser verdadeiramente assumidos sem os largos passos dados, até aqui, na construção de um Novo Pará.

OS NOVOS DESAFIOS

São inegáveis os resultados recentes alcançados no esforço de reduzir as desigualdades sociais e regionais no Pará. Enormes, porém, são ainda os desafios que temos a enfrentar para atingir plenamente esse objetivo, mas já podemos dizer que o grande futuro destinado ao Pará está apenas começando.

O caminho que o Governo de Simão Jatene irá trilhar é o da busca do desenvolvimento do Estado a partir da valorização e mobilização das iniciativas locais e da diversidade de recursos existentes nos próprios municípios, considerando que cerca de 2/3 das transações mercantis se efetivam fora do chamado mundo globalizado.

A eleição desse modelo de desenvolvimento se contrapõe, portanto, às estratégias usuais, de caráter concentrador, pautadas exclusivamente na dinamização das grandes economias, tendo em vista a sua inserção no mercado globalizado. Trata-se, ao contrário, de uma estratégia capaz de impulsionar e dar sustentabilidade ao desenvolvimento, a partir de diversas formas de organização local da produção, fundadas em elementos econômicos, sociais e culturais peculiares a cada espaço.

Esse impulso depende da criação de um ambiente favorável às inovações tecnológicas e de maior acesso à informação, como condicionantes básicos do desenvolvimento. Esse novo ambiente resultará da capacidade de cooperação da sociedade, da formação de redes de comunicação mais dinâmicas e do estabelecimento de mecanismos de regulação democrática dos conflitos de interesse. O surgimento desse novo ambiente será uma meta prioritária do Governo de Simão Jatene, através do fortalecimento das instituições que conformam a realidade local, sobretudo, dos governos municipais, que deverão atuar, cada vez mais, em parceria com as organizações privadas, econômicas ou de outras naturezas, partícipes insubstituíveis em todas as iniciativas bem sucedidas de desenvolvimento sustentado.

As bases para esse novo patamar do desenvolvimento do Estado já foram solidamente plantadas pelo Governo Almir Gabriel. Faz-se necessário, agora, consolidar parcerias e fortalecer as relações entre Estado e Sociedade e entre as organizações do próprio Estado, tendo as instituições locais como atores principais na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas.

Caberá, pois, ao novo governo a tarefa de apoiar o fortalecimento da capacidade institucional das municipalidades, onde as principais medidas a serem adotadas são a difusão do conhecimento, a formação de capital social e a transferência de tecnologias que contribuam para ampliar a capacidade de interlocução do Governo do Estado e da sociedade abrangente com os diversos atores locais, como agentes catalizadores e indutores do seu próprio desenvolvimento.

No atual contexto é necessário empreender uma ação política, econômica e tecnológica abrir novas perspectivas de mercado para os nossos recursos e para realizar e induzir investimentos que potencializem as vantagens comparativas locais.

Igualmente importante é o reconhecimento de que o poder público local, por estar muito mais próximo dos problemas e necessidades da população está, certamente, mais habilitado para identificar especificidades e potencialidades do próprio município. Esta competência, ajustada à visão geral do Pará, permitirá ao Governo de Simão Jatene,

implementar ações articuladas capazes de, numa economia globalizada e competitiva, criar oportunidades de crescimento econômico e social para diferentes sub-sistemas locais. Será empreendido, com esse propósito, um esforço econômico e político voltado para incorporar as especificidades locais na formulação das políticas públicas de âmbito estadual, tendo claro que os circuitos de produção e comercialização vinculam-se aos mercados regional, nacional e externo de forma diferenciada.

Para isso, será importante identificar quais os sistemas produtivos locais que têm ou terão capacidade, real ou potencial, de estar articulados a esses mercados para, então, estimular e induzir a produção interna e abrir novas possibilidades de crescimento da produção com competitividade nos diferentes níveis.

Deverão ser identificadas as cadeias produtivas mais viáveis nesses cenários, que poderão envolver tanto as grandes empresas como organizações locais de produtores, criando-se, então, infra-estruturas e condições de produção, emprego e trabalho semelhantes às de nossos competidores.

Tendo em vista a importância dos agentes econômicos caracterizados como micro e pequenas empresas, as quais são responsáveis por mais de 50% dos empregos existentes e, assim, têm um papel fundamental no combate à pobreza, torna-se necessário implementar políticas apropriadas de inovações tecnológicas e de modernização nos métodos de gestão empresarial. Serão mobilizados recursos humanos em todos os municípios, que deverão ser capacitados para levar a cabo novos modelos de gestão pública a partir dos interesses e necessidades locais.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O Governo de Simão Jatene promoverá o crescimento econômico, de acordo com o princípio de *desenvolver sem devastar*, valorizando as potencialidades locais e viabilizando o uso de tecnologias que ampliem as perspectivas de renda e as oportunidades de trabalho, para melhorar a qualidade de vida da população e a segurança de todos os cidadãos, na busca da paz social. Para isso elege como macro-objetivos do seu Governo:

- ? promover a **municipalização do desenvolvimento**, com vistas a **expandir as oportunidades de trabalho e renda e aumentar a eficiência da rede de proteção social**, assegurando, de forma duradoura, a elevação da qualidade de vida da população paraense;
- ? contribuir para a **construção da paz social**, através do fortalecimento de valores éticos e de instituições agregadoras, envolvendo todos os segmentos da sociedade na criação de mecanismos que propiciem a melhoria das relações entre os homens e destes com o ambiente social ou natural.

A estratégia de um plano de governo deve organizar as iniciativas e os diversos interesses na mobilização de recursos, capital e tecnologia para investimentos seletivos e convergentes, de acordo com as prioridades e diretrizes que conduzam aos seus objetivos.

A condição para implementar essa estratégia é buscar maior interação e convergência das políticas de produção, infra-estrutura, proteção social, promoção social e defesa social, tendo em vista:

- ☞ incentivar o crescimento da produção, do emprego e das oportunidades de trabalho, através da expansão das cadeias produtivas e do apoio aos sistemas produtivos locais, como mecanismos de agregação de valor aos recursos disponíveis e de geração de renda;
- ☞ aumentar a cobertura e a eficiência da rede de proteção social e estimular todas políticas e mecanismos voltados para o combate à exclusão social;
- ☞ expandir, de forma adequada, as infra-estruturas (energia, transporte, saneamento e habitação), de modo não apenas a permitir expansão e diversificação da produção, mas a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade;
- ☞ aperfeiçoar os mecanismos de gestão do Estado, em estreita cooperação com o poder público municipal e federal e com os mais diversos organismos da sociedade civil, tendo como foco a descentralização e a transparência no uso recursos públicos e o compartilhamento das responsabilidades sociais.
- ☞ construir uma duradoura paz social, priorizando a mediação dos conflitos e a negociação das soluções, a distribuição da justiça, a defesa da vida, em todas as suas formas de manifestação, a ampliação do acesso aos direitos civis, o reconhecimento da etnodiversidade e a proteção aos excluídos.

COMPROMISSOS DE GOVERNO

O Governo de Simão Jatene seguirá dois grandes eixos de ações. O primeiro é o do incentivo à produção, capaz de criar novas oportunidades de trabalho e de geração de renda. O segundo, o da proteção e promoção social, que dará prioridade aos investimentos na saúde, na educação, na segurança do cidadão e na valorização da cultura paraense.

O apoio ao desenvolvimento local e o estímulo à participação crescente de todos os segmentos da sociedade, na continuidade da construção do Novo Pará, definirão as formas de ação, pública e privada, para seguir transformando a realidade econômica e social deste grandioso Estado.

?

Mais produção, mais empregos

Consolidar ações que promovam a superação do modelo extrativista, reestruturando a base econômica através da formação de cadeias produtivas que agregam valor às matérias-primas regionais, gerando renda e novas oportunidades de trabalho no campo e na cidade.

Nas sociedades democráticas, um projeto de desenvolvimento deve ter como meta assegurar a todos uma vida digna e a cidadania plena. Não há, porém, outro caminho para a construção da cidadania de um povo senão através da produção e da distribuição da riqueza que produz.

Não há cidadania sem emprego. Não há cidadania sem renda. Tampouco há cidadania sem acesso a serviços básicos, como educação, saúde, segurança, etc. Contudo, não há como gerar emprego, renda e, menos ainda, gerar os recursos públicos necessários ao atendimento dessas necessidades, sem uma ampla e forte base econômica. Por tudo isso, a **produção** é a chave para enfrentar o desafio de **gerar emprego e renda e garantir a cidadania**, levando adiante o verdadeiro projeto de desenvolvimento do Pará.

Sem dúvida, a questão fundamental que ainda se coloca ao desenvolvimento do Estado é a da mudança da sua base econômica, tradicionalmente fundada num extrativismo perdulário e marcado pela exclusão social, que coexiste com um cenário de exuberantes riquezas naturais. Nesse sentido, a estratégia adotada pelo Governo de Almir Gabriel para o enfrentamento dessa questão foi mobilizar esforços na **expansão e diversificação da estrutura produtiva**, a partir da formação de **cadeias produtivas** integradoras dos recursos disponíveis, tendo como eixos prioritários os segmentos econômicos potencialmente mais dinâmicos. Hoje, encontram-se em franco desenvolvimento importantes arranjos produtivos, com base na **agropecuária**, nos **recursos florestais e pesqueiros**; na **verticalização mineral** e no **turismo**.

Caberá, agora, ao Governo de Simão Jatene incorporar uma nova dimensão ao desenvolvimento da economia paraense e à formação de novas cadeias produtivas, de modo a assegurar o **aumento da produção**, gerando, assim, **mais emprego, ocupação e renda**.

A estratégia central do seu governo seguirá dois grandes eixos: de um lado, a **adoção de uma firme política de atração de investimentos**, públicos e privados e, de outro, a **valorização e integração dos sistemas produtivos locais**. Essa integração será factível através do apoio técnico, financeiro e creditício, de modo a promover a superação de obstáculos tecnológicos, mercadológicos e gerenciais, modernizando e dinamizando, assim, pequenos negócios e abrindo novos mercados.

Promoverá, com isso, a **municipalização do desenvolvimento**, a partir do fortalecimento e da diversificação da produção local. Para isso, assegurará **investimentos em infraestrutura** e o **fortalecimento institucional** indispensável ao planejamento estratégico das iniciativas locais, articulando os recursos potenciais de cada região, de cada município, para consolidar as bases de um desenvolvimento mais harmonioso de todo o espaço paraense.

Ações e Metas

1. Consolidar e aperfeiçoar os mecanismos de apoio à formação de cadeias e arranjos produtivos, especialmente os instrumentos ambientais, tecnológicos, fiscais, creditícios e institucionais.

- ? Atrair novos empreendimentos voltados para a infra-estrutura logística, de base tecnológica e para indústrias processadoras de matérias-primas regionais, desde que respeitados critérios ambientais, através do aperfeiçoamento da Lei Estadual de Incentivos Fiscais.
- ? Instituir o Fundo de Recuperação do Emprego, destinado a empresas que adotem mecanismos de gestão compartilhada com seus trabalhadores, em projetos estratégicos para a consolidação das cadeias produtivas.
- ? Financiar, em condições diferenciadas, com recursos do Tesouro Estadual e em associação com outras linhas convencionais de crédito (Consórcio de Crédito), projetos experimentais importantes para o fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos locais.
- ? Adotar linha especial de financiamento, através da implantação do Banco do Produtor, para apoio a projetos de base tecnológica e infra-estruturais estratégicos para viabilizar novos produtos e multiplicar experiências inovadoras de gestão empresarial.
- ? Facilitar a habilitação dos produtores ao crédito, ao seguro agrícola e a outros instrumentos de apoio ao fortalecimento da produção, através da implantação da Lei Estadual de Zoneamento Econômico-Ecológico, com prioridade para as áreas de fronteira aberta.
- ? Regularizar as ocupações produtivas nas áreas relativas ao antigo decreto federal 1.164 (áreas marginais às rodovias federais), através da elaboração e execução de Planos de Desenvolvimento Integrado.
- ? Promover, através do aprimoramento do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FUNTEC) e do Programa Paraense de Tecnologia Apropriada (PPTA), o desenvolvimento de soluções tecnológicas que atendam à demanda das unidades de produção locais e contribuam para a superação de gargalos tecnológicos das cadeias produtivas.
- ? Apoiar o fortalecimento da competitividade dos produtos paraenses nos mercados locais, nacionais e internacionais, através da implantação do Programa Paraense de Tecnologias Industriais Básicas, que visa difundir a padronização, a certificação de qualidade e a formação diferenciada de especialistas em *design*.
- ? Reestruturar o Setor Público Agrícola, tendo em vista a redefinição do papel de coordenação da SAGRI; o fortalecimento da assistência técnica, através da mobilização de novas formas de financiamento dos serviços prestados pela EMATER; a inserção dos produtos paraenses nos mercados e fortalecimento da intermediação através da CEASA; e a modernização do gerenciamento da estrutura fundiária estadual e do processo de regularização de terras, através do ITERPA.

2. Consolidar as cadeias produtivas de grãos (milho, arroz, feijão, soja), mandioca, frutas regionais (polpas, farináceos, doces e geléias, sucos, etc.) e de culturas industriais (dendê, cacau, guaraná, pupunha, castanha-do-pará, etc.), de acordo com as vocações locais.

- ? Apoiar iniciativas locais de produção de sementes e mudas nos principais pólos produtivos, associadas a programas de pesquisa de variedades de cultivo mais

apropriadas e de maior resistência à pragas e doenças, bem como a programas de infra-estrutura de armazenagem e secagem de sementes.

- ? Incentivar a produção de calcário nas regiões Sul, Nordeste e Oeste do Estado, com o objetivo de reduzir para os produtores o custo desse insumo, como corretivo de solo.
- ? Apoiar a comercialização da produção *in natura* não absorvidas pelas unidades de processamento, através do estímulo à integração dos produtores às redes de mercado varejista, atacadista e às bolsas de mercadorias.
- ? Estimular o financiamento da produção familiar consorciada com empreendimentos industriais polarizadores, de modo a reduzir os custos de produção e assegurar rendimentos sustentáveis ao produtor, nos moldes do projeto-piloto de agricultura familiar de dendê, em desenvolvimento no Município de Moju.
- ? Induzir a redução dos custos para estimular as exportações dos produtos finais, através de melhoramentos na logística de escoamento da matéria-prima e das operações portuárias.

3. Consolidar a cultura do cacau, bem como as cadeias de fibras e de óleos vegetais, através do incentivo à instalação de plantas industriais, integradas à agricultura familiar.

- ? Fortalecer e expandir o cultivo de cacau, dando prioridade às regiões da Transamazônica e do Sul do Pará, de modo a duplicar as áreas de plantio (hoje com 53,7 mil/há) e a elevar sua produtividade (hoje em torno de 528kg/ha), cabendo ao Governo do Estado coordenar um esforço supra-institucional no sentido de captar recursos federais para o setor.
- ? Facilitar a incorporação de novas áreas de cultivo, o acesso ao seguro agrícola e ao crédito nos municípios de maior dinamismo da cultura cacauzeira e promover a ação de assistência e difusão tecnológica, através do apoio ao fortalecimento do CEPLAC no Estado.
- ? Incentivar pesquisas sobre o ciclo bio-agronômico e sobre o potencial de aproveitamento econômico de produtos derivados do curauá, visando o seu processamento industrial para a produção de mantas e outros componentes.
- ? Promover a capacitação profissional especializada de técnicos e produtores, de modo a criar uma base de difusão tecnológica de toda a cadeia produtiva das fibras e óleos vegetais.

4. Expandir e diversificar a floricultura, a olericultura e o cultivo de plantas medicinais, transformando-os em prósperos agronegócios.

- ? Criar linhas de crédito subsidiado e conferir tratamento fiscal diferenciado para o cultivo, beneficiamento e comercialização de flores, hortaliças e plantas medicinais, estimulando essas atividades, especialmente nas áreas de entorno da Região Metropolitana de Belém, através da formação de núcleos produtivos integrados ao mercado atacadista e varejista.
- ? Fortalecer os programas de difusão e capacitação em tecnologias apropriadas para apoiar a formação de cadeias produtivas em torno dessas culturas.
- ? Incentivar experiências de *plasticultura* e pesquisas com variedades de cultivo adequadas às condições ambientais locais.

5. Apoiar a formação e consolidação das cadeias produtivas da pecuária, envolvendo animais de pequenos, médios e grandes portes.

- ? Consolidar a cadeia integral da pecuária bovina e bubalina, compreendendo a produção de carne, laticínios e o processamento coureiro (calçados e acessórios de couro).
- ? Assegurar qualidade sanitária competitiva ao rebanho pecuário paraense, através da intensificação do programa de defesa animal em todo o Estado.
- ? Estimular a adequação higiênico-sanitária das unidades varejistas de carne em todo o Estado, através da implantação de um programa de crédito, consorciado com instituições financeiras, que viabilize os investimentos com esse fim.
- ? Estimular o aumento da produtividade da bacia leiteira paraense, em parceria com as unidades industriais, através da melhoria do padrão genético dos animais, do manejo adequado de pastos, da instalação de infra-estrutura de coleta e resfriamento, do suprimento de insumos básicos e da capacitação de produtores familiares.
- ? Conferir tratamento fiscal diferenciado e incentivar linhas de crédito especiais para incentivar a formação ou consolidação de núcleos de produção coureiro-calçadista, nas regiões Sul e Nordeste do Estado e na Região Metropolitana de Belém.
- ? Promover a reincorporação de áreas alteradas ao processo produtivo, através do estímulo à pesquisa e do programa de recuperação e manejo de pastagens.
- ? Promover a expansão da criação de ovelhas e caprinos e o desenvolvimento da avicultura e da apicultura em unidades familiares de produção.

6. Estimular a formação da cadeia florestal-madeireira, de modo a incrementar sua produção para o mercado interno e para exportação.

- ? Implementar a lei estadual de floresta, com vista a dinamizar as atividades de manejo, reflorestamento e reposição florestal, bem como as de aproveitamento da flora, sem prejuízos ao meio ambiente.
- ? Assegurar a regularização das áreas de floresta para efeito da prática regulamentada de exploração e manejo, especialmente pelas unidades de produção familiar.
- ? Implantar um programa de fomento dos sistemas agroflorestais localizados nas áreas de entorno de empreendimentos que demandam produtos florestais e madeireiros (extração de óleos e essências vegetais, palmito, indústria madeireira e moveleira, etc.), estimulando parcerias para redução de custo e garantia de rendimentos sustentáveis ao produtor.
- ? Estabelecer regime fiscal especial com vistas à recuperação da competitividade do palmito paraense nos mercados nacional e internacional, condicionado à certificação de manejo da matéria-prima, à certificação higiênico-sanitário do processamento do produto e à comprovação do tratamento dos resíduos decorrentes de processamento industrial.
- ? Incentivar as atividades de processamento, beneficiamento e comercialização de produtos florestais, por meio da capacitação de profissionais e de outros mecanismos de fomento.
- ? Implantar um programa de modernização da indústria moveleira no Estado, dando ênfase à difusão tecnológica de aproveitamento da madeira e seus resíduos, capacitação técnica e gerencial, *design*, certificação e padronização.

7. Recuperar a atividade pesqueira e intensificar a aquicultura

- ? Implantar a lei estadual da política da pesca e da aquicultura, objetivando o fomento dessas atividades e a gestão ambiental dos recursos pesqueiros no Estado, estruturando, inclusive, o órgão de desenvolvimento da pesca e da aquicultura.
- ? Apoiar a recuperação e reativação das unidades pesqueiras atualmente paralisadas, através da gestão compartilhada entre associações de pescadores e empresários industriais e/ou comerciais.
- ? Implementar o monitoramento da atividade de captura, de modo a assegurar o cumprimento do período de *defeso*.
- ? Promover o apoio técnico e financeiro para a frota artesanal de captura, a partir da articulação de esforços das representações dos pescadores, organismos de financiamento, órgãos governamentais e demais instituições atuantes no setor.
- ? Implantar ações diferenciadas de fomento à aquicultura de porte familiar e empresarial, de modo a estimular o aproveitamento de áreas potenciais de cultivo em todo o Estado.

8. Estimular a verticalização mineral, incrementando a participação do Pará no mercado interno e a exportação de produtos industrializados.

- ? Apoiar a consolidação do pólo mineiro-metalúrgico no Estado, associado a alternativas sustentáveis de suprimento energético, a ser implantado nas áreas do seu entorno
- ? Avançar na implantação do complexo sidero-metalúrgico no Distrito Industrial de Barcarena, estimulando empreendimentos integrados de produção de ferro-gusa, estruturas metálicas e aços planos e não planos.
- ? Intensificar a verticalização na cadeia de alumínio, através de atração de novos empreendimentos industriais voltados para a produção de estruturas e artefatos de derivados.
- ? Apoiar a implantação da cadeia do cobre, a partir do beneficiamento da produção da mina da serra do Sossego, em Canaã dos Carajás.
- ? Promover a internalização da renda gerada pela exploração mineral, através do fortalecimento da rede local de fornecedores junto a grandes empreendimentos minerais.
- ? Incentivar a reativação ou dinamização de pequenas e médias unidades do setor mineral, especialmente as de exploração das reservas de água mineral, de gemas e de insumos agrícolas.
- ? Promover a implantação de unidades moageiras de calcário para fins agrícolas, a serem localizadas nas regiões Sul, Nordeste e Oeste do Estado, bem como estimular a pesquisa de ocorrências de novas reservas como incentivo à sua exploração imediata.
- ? Consolidar o *pólo joalheiro*, através de tratamento fiscal diferenciado e do apoio financeiro a unidades industriais e comerciais e a artesãos, bem como da capacitação profissional em toda a cadeia produtiva, da implantação de um laboratório de certificação de produtos e da criação de centros regionais de exposição de produtos.

9. Fortalecer as atividades ligadas ao turismo, de modo a elevar a competitividade dos recursos e produtos turísticos do Estado.

- ? Apoiar o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão do turismo dos municípios, bem como o papel do Estado de coordenar a política de fomento e dinamização dessa atividade.

- ? Consolidar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo (PROECOTUR), como mecanismo de expansão do turismo no Estado.
- ? Interiorizar os investimentos públicos na infra-estrutura de apoio logístico ao turismo e na recuperação do patrimônio histórico e cultural existente no Estado.
- ? Implantar, em parceria com a iniciativa privada e com os governos federal e municipais, um programa de formação gerencial e técnica de mão-de-obra para o setor, bem como um programa de certificação de qualidade dos produtos turísticos.
- ? Conferir tratamento fiscal diferenciado e apoio financeiro, em associação com organismos de crédito, de maneira a estimular investimentos privados, inclusive comunitários, na instalação de infra-estrutura e na aquisição de equipamentos, destinados ao acesso e ao aproveitamento de produtos turísticos no Estado.
- ? Intensificar a promoção dos produtos turísticos paraenses junto ao mercado nacional e internacional, inclusive, incentivando a implantação de roteiros turísticos integrados com outros estados brasileiros e países pan-amazônicos, com prioridade para o turismo de aventura, ecoturismo, esporte, pesca esportiva, etc.
- ? Consolidar o Pará como centro de referência da Feira Internacional do Turismo da Amazônia (FITA).
- ? Estimular o turismo comunitário, associado a programas de educação ambiental, como alternativa de geração de emprego e renda e de conservação de recursos naturais e culturais.
- ? Estimular o servidor público à prática do turismo interno, através da implantação do programa *Passaporte-Pará*.

10. Fortalecer as atividades do comércio e dos serviços, tendo por base seu grande potencial de geração e renda e de criação de emprego e ocupação.

- ? Consolidar o programa de fornecedores de produtos e serviços, aos grandes empreendimentos minerais e/ou infra-estruturais, localizados no Estado.
- ? Implementar mecanismos de estímulo às operações de importação e exportação, através dos portos e aeroportos paraenses, de modo não apenas a reduzir os custos dos produtos importados, como também dinamizar, a custos competitivos, a movimentação portuária e aeroportuária.
- ? Apoiar a implantação de sistemas locais de logística comercial e de um programa de modernização da gestão de negócios comerciais, em parceria com organismos de classe e com apoio técnico e a articulação do SEBRAE.

*

?

Inclusão social e combate à pobreza

Garantir a plena cidadania, através de mudanças sustentáveis nas condições de vida das pessoas, tanto na cidade como no campo.

O combate à pobreza e à exclusão social na proposta de Governo de Simão Jatene é, antes mais nada, compromisso com o resgate da cidadania e com a consolidação da democracia. Trata-se, portanto, de assumir compromisso com **resultados efetivos** na construção de uma sociedade mais justa, a ser garantida através de ações de políticas sociais que promovam **mudanças concretas e sustentáveis** nas condições de vida das pessoas. A sustentabilidade consiste, diga-se de passagem, em combater não apenas o problema, mas, sobretudo as suas causas.

As ações realizadas nessa direção pelo Governo Almir Gabriel, em forte parceria com o Governo Federal, asseguraram progressos extraordinários na luta pela inclusão social. Vale destacar a notável melhoria de qualidade de vida conquistada por cerca de 50% da população de Belém, através do Projeto de Macrodrenagem, e pela população de quase todo o interior do Estado. São inquestionáveis os benefícios que resultaram de projetos como a extensão da rede de energia elétrica a todas as sedes municipais e a quase 400 pequenas e médias localidades do interior paraense, através do programa Luz no Campo.

Os resultados alcançados, entretanto, face à dimensão e complexidade dos problemas, não foram ainda suficientes, como em todo o Brasil, para quitar o enorme débito social, onde as desigualdades foram se acumulando durante séculos. São muitos ainda os obstáculos a vencer. Muitas barreiras de natureza econômica, social, cultural ou étnica e outras, ainda se colocam a diversos segmentos da população - dentre os quais mulheres, negros, crianças, jovens, índios, idosos, portadores de necessidades especiais, assentados, etc. - para alcançar a plena cidadania. Urge, pois, promover a inclusão social de todos aqueles que ainda não têm acesso satisfatório à educação, à saúde, à habitação - ou seja, a uma vida mais digna.

Isso conduz não somente a necessidade de dar seguimento a uma ação firme do poder público, buscando maior integração das políticas econômicas e sociais, criando oportunidades efetivas de renda e trabalho, como também o fortalecimento dos mecanismos de diálogo entre governos e sociedade local. Aos diferentes atores cabe, portanto, assumir conjuntamente o **compromisso com os resultados** efetivos dessas políticas, na medida em que a superação dos problemas, a inclusão social e o desenvolvimento humano dependem, fundamentalmente, da **participação ativa de todos**, governos, empresas privadas, organizações não governamentais e todos os demais setores da sociedade.

O Governo de Simão Jatene estende, assim, a mão a todos os segmentos da sociedade para, juntos, assumirem o compromisso de promover a inclusão social, a partir de ações de mobilização, organização, capacitação e execução de projetos de natureza social e econômica, a partir dos municípios e das diferentes regiões do Estado.

Ações e Metas

- 1 Promover a capacitação para o trabalho, em parceria com o governo federal, governos municipais e iniciativa privada, dando prioridade às famílias de baixa**

renda, à população em idade laboral, à mulher chefe de família e a pessoas em “situação de rua”.

- ? Fortalecer e disseminar o programa Comunidade Ativa, em articulação com as prefeituras, estimulando a participação das comunidades na identificação de seus problemas e potencialidades, criando ambientes favoráveis para o surgimento de novos negócios e geração de oportunidades de trabalho.
- ? Implantar o BANCO DO CIDADÃO, destinado ao combate à pobreza através da oferta de crédito subsidiado a micro empreendedores urbanos e para o segmento da agricultura familiar à margem das linhas tradicionais de crédito disponíveis no mercado.
- ? Ampliar e aperfeiçoar as ações de capacitação profissional, executadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e contrapartida do Tesouro Estadual, aprimorando os instrumentos de cadastro dos beneficiários e de avaliação da efetividade das ações de qualificação e requalificação profissional.

2. Implantar a Rede Paraense do Terceiro Setor, objetivando estabelecer parcerias com organizações não governamentais, empresas privadas e demais agentes econômicos que desenvolvem ações de responsabilidade social.

- ? Definir um marco normativo que permita dar maior flexibilidade e transparência às relações de parceria entre Governo do Estado e organizações do Terceiro Setor.
- ? Criar e implantar um programa de capacitação e assessoramento às organizações comunitárias, visando o fortalecimento de sua gestão e a capacitação de suas lideranças e dirigentes para articular suas ações com a rede institucional pública e privada, bem como para elaborar e executar programas e projetos em benefício de suas comunidades.
- ? Estabelecer um sistema de comunicação e informação para o desenvolvimento comunitário que possibilite divulgar as ações desenvolvidas dentro e fora do governo pelas organizações do Terceiro Setor.

3. Apoiar a ampliação dos programas federais de transferência de renda, destinados às pessoas e famílias que vivem em condições vulneráveis:

- ✍ **Bolsa-Alimentação**, com cobertura em todo o Estado, destinado à famílias com crianças desnutridas de 0 a 6 anos, gestantes e nutrizes, nessa mesma condição, associada à condição de manutenção dos cuidados alimentares e o cumprimento de uma agenda de saúde com caráter preventivo. Inclui-se nesse processo a idéia de referenciar pais e mães analfabetos e semi-analfabetos para o sistema escolar, considerando que a prevenção de doença tem relação direta com o grau de escolaridade.
- ✍ **Bolsa – Escola**, para crianças de 6 a 14 anos, associada à garantia de freqüência das crianças à escola. O objetivo é contribuir para a permanência, inserção ou reinserção de crianças e adolescentes dessa faixa etária na escola. Cobertura em todos os municípios.
- ✍ **Agente Jovem**, para adolescentes, objetivando sua atuação como protagonistas do desenvolvimento social e humano, junto à sua comunidade. Programa voltado para a redução da violência juvenil. Garantir a inserção dos jovens em programas com Turismo e preservação do patrimônio histórico.
- ✍ **Auxílio-Gás**, para famílias pobres, vinculadas à Bolsa Escola.

4. Implementar a parceria existente do Governo do Estado com o Ministério do Trabalho, visando ampliar e aprimorar, no contexto do Estado, as ações do Sistema Nacional do Emprego (SINE).

- ? Aprimorar os sistemas de informação e intermediação sobre o mercado de trabalho;
- ? Melhorar os processos de integração entre pagamento do seguro-desemprego e as ações de qualificação e relocação de mão-de-obra;
- ? Ampliar no interior do Estado a instalação de Postos de Atendimento ao Trabalhador, a exemplo do que foi realizado no Governo Almir Gabriel, em parceria com o governo federal e Colônias de Pescadores, para acesso dos pescadores artesanais ao seguro desemprego.

5. Proteção integral à crianças e adolescentes em situação de risco

- ✍ Apoiar os municípios e incentivar a implantação do Programa de Prevenção da Gravidez Precoce e do Abuso Sexual, nas escolas e Clube de Jovens.
- ✍ Implantar Rede Estadual de Prevenção e Tratamento da Dependência Química em parceria com municípios.
- ✍ Apoiar as ações federais e municipais através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem como objetivo eliminar o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes.
- ✍ Interiorizar os Centros Integrados de Atenção ao Adolescente Autor de Ato Infracional, de forma a implementar o Sistema de Garantia de Direitos, que inclui medidas sócio-educativas de liberdade assistida; de prestação de serviços à comunidade; semi-liberdade e internação, estabelecendo, para isso, parceria com os governos municipais e com os sistemas de Defensoria Pública, Judiciário e Conselhos de Direitos Tutelares, além do envolvimento da Polícia Civil e Militar do Estado.
- ✍ Incentivar e/ou implantar no interior do Estado o *Programa Escola da Família*, destinado a apoiar as famílias na reintegração do adolescente infrator ou em situação de risco.
- ✍ Fortalecer a ação dos *Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente*.
- ✍ Fortalecer o programa Direito de Ter Família, com o objetivo de integrar ou reintegrar ao grupo familiar, crianças e adolescentes “de rua e na rua” ou abrigados pela FUNCAP.
- ✍ Fortalecer e ampliar o *Programa Papo-Cabeça*, destinado à crianças e adolescentes de 7 a 17 anos em situação de risco social, através do estímulo à prática de esportes, da arte-educação, do apoio psico-social e reforço alimentar e escolar.

6. Garantir a continuidade de atendimento humanizado à pessoa idosa em situação de abandono, com a implantação de Casas Lares, com ambientes personalizados.

- ✍ Apoiar os municípios nas ações de atenção ao idoso, que visam garantir melhor qualidade de vida.
- ✍ Dar atendimento especial ao idoso em situação de pobreza e risco pessoal ou social, que se traduz no abandono ou na violência familiar, na ausência de moradia, etc.: apoio à família, igualdade de oportunidades, garantia de informação e acesso a todos os bens e serviços sociais comunitários disponíveis, implementando mecanismos facilitadores do acesso aos programas de proteção social.

- ✍ Estabelecer parcerias e integração entre os agentes das diversas políticas sociais (educação, saúde, trabalho, habitação, justiça, cultura, esporte e turismo), com foco no atendimento preferencial à terceira idade.
- ✍ Apoiar a realização de estudos e pesquisas voltados para a implementação de políticas públicas de atendimento ao idoso nas mais diversas situações.
- ✍ Contribuir para a ampliação do número de profissionais especializados na área da Gerontologia e Geriatria, através da promoção ou incentivo à qualificação profissional nessas áreas.

7. Apoiar o desenvolvimento de ações de proteção, promoção e inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais e de suas famílias.

- ✍ Apoiar as ações institucionais públicas e privadas, voltadas para o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, buscando estabelecer parcerias que integrem as ações das diversas políticas sociais.

8. Articular as políticas públicas, de modo a integrar ações e facilitar o atendimento às mulheres em situação de risco

- ✍ Estender para os municípios com mais de 20.000 habitantes a cobertura do Programa Estadual Maria-Maria, que tem como objetivo facilitar o acesso e o atendimento às mulheres grávidas e crianças desnutridas aos serviços de saúde, assistência social, educação, geração de renda, informação e fundamentalmente, favorecer e estimular o desenvolvimento comunitário.
- ✍ Dar seguimento às ações de combate à violência contra a mulher, implantando programa de capacitação dos policiais civis e militares para o atendimento especial à mulheres vítimas de violências, em qualquer de suas manifestações
- ✍ Implementar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, através da sua participação ativa na formulação e acompanhamento das políticas e ações do setor público relacionadas ao atendimento e defesa dos direitos da mulher.

*

?

Infra-estrutura para o desenvolvimento

Ampliar e consolidar a infra-estrutura implantada, especialmente nas áreas de transporte, energia e saneamento, visando expandir a base produtiva e melhorar a qualidade de vida.

O Governo Almir Gabriel realizou o maior programa de obras infra-estruturais da história recente do Pará, removendo obstáculos que pareciam intransponíveis para o melhor aproveitamento das potencialidades do Estado e diversificação de sua base produtiva, bem como para a melhoria das condições de moradia e trabalho. Muitas dessas obras foram executadas com recursos exclusivos do Governo ao Estado e outras em parceria com o Governo Federal, que nunca investiu tanto no Pará como nos últimos oito últimos anos.

Na área de energia, a obra mais arrojada foi a do projeto Tramoeste, materializando a antiga promessa de interligação elétrica dos municípios da Região Oeste do Estado, através da Hidroelétrica de Tucuruí. Outros importantes projetos em transmissão como as linhas Baixo Tocantins, Xinguara/São Félix, Bragança/Viseu, Rio Vermelho/São Geraldo do Araguaia e outras, além do reforço e ampliação em 71% da capacidade instalada do parque térmico, permitiram levar energia firme a todas as 143 sedes municipais do Estado, e o crescimento de 68% no consumo de energia elétrica residencial, 58% no industrial, contra 4% e 8% , respectivamente, no período entre 1990/1994.

Nos transportes, importantes eixos viários foram pavimentados como a BR-222, BR-216, BR-153, BR-158 e parte da BR-230, além da PA-150 e outras rodovias estaduais de menor porte, rompendo o isolamento de diversas microrregiões dos eixos mais dinâmicos da economia estadual. A construção da Alça Viária permitirá a integração definitiva entre a Região Metropolitana e a regiões Nordeste e Sudeste do Estado, e dentre estas e o Porto de Vila de Conde, obra estratégica para o desenvolvimento do Estado, cuja duplicação está sendo concluída com recursos do Governo Federal.

No saneamento, foi levado a cabo o maior programa de recuperação de áreas urbanas alagáveis já realizado na América Latina - a Macrodrenagem, obra de mais de US\$ 250 milhões, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, beneficiando diretamente cerca de 600.000 pessoas na área urbana da capital.

Em relação à moradia, foram criadas oportunidades de habitação, dentre lotes urbanizados, cestas de materiais de construção e construção de moradias, que permitiram reduzir em 25% o déficit habitacional estimado em 1995, para a Região Metropolitana de Belém, além de gerarem 10.000 empregos diretos durante a fase de construção.

O grande esforço realizado, em que pese representar um extraordinário avanço em relação ao quadro encontrado no início do governo, necessita continuar, sobretudo em um estado com as dimensões continentais como o Pará.

No Governo de Simão Jatene será dada prioridade aos projetos que levem energia aos consumidores rurais, visto que 97 % dos domicílios residenciais nas cidades já se encontram atendidos por energia elétrica, contra 35% dos que vivem no campo.

Quanto aos transportes, a prioridade será a pavimentação e recuperação de rodovias estaduais estratégicas para a integração das diversas mesorregiões do Estado com os eixos estruturantes

já implantados pelo Governo Almir Gabriel. Esforço especial também será dado aos programas em parceria com o Governo Federal para pavimentação de eixos rodoviários importantes como a complementação da Transamazônica (BR-230) e a Santarém/Cuiabá (BR-163), e com consórcios municipais para a recuperação da malha vicinal.

Quanto à infra-estrutura de saneamento e habitação, cujas demandas no Pará cresceram abruptamente na última década, devido ao explosivo processo de urbanização em curso, visto que a população residente nas cidades saltou de 66,5% para 52%, exigem um esforço integrado de todas as esferas de governo. Nesse sentido, terão prioridade ações especiais e programas de capacitação administrativa das prefeituras e de fortalecimento institucional dos diversos agentes nos municípios para a gestão mais eficiente do solo urbano e de todos os instrumentos a ela relacionados. Para isso já estão assegurados recursos através dos projetos Alvorada, em parceria com o Governo Federal, e Pará-Urbe, com financiamento do BID, que associados à contrapartida imediata do Tesouro Estadual possibilitarão que um novo patamar de desenvolvimento seja galgado pelas cidades paraenses.

Ações e metas

- 1. Ampliar e garantir atendimento de qualidade nos serviços públicos de saneamento, em parceria com os municípios.**
 - ? Ampliar em 50% o número de domicílios com acesso à rede de abastecimento d'água potável e em 120% o número de domicílios com acesso à rede de esgotos.
 - ? Assegurar os direitos dos consumidores e tratamento tarifário diferenciado aos segmentos de baixa renda.

- 2. Instituir uma política habitacional articulada à ações para melhorias de qualidade de vida nas cidades, em estreita parceria com as prefeituras.**
 - ? Implantar o Pará-Urbe (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal e Melhoria da Infra-estrutura Regional), que tem assegurado recursos no montante de US\$160 milhões para investimentos em infra-estrutura e na qualificação das prefeituras municipais para a gestão urbana.
 - ? Reduzir em 40% o déficit habitacional das famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos flexibilizando as soluções de moradia pela oferta de diversas opções : ampliação do número de cômodos, melhoria no padrão da atual moradia, construção de nova unidade no mesmo ou em novo lote.
 - ? Implantar o **Cheque Moradia**, instrumento simples, sem burocracia, que consiste na concessão de um **auxílio financeiro direto às famílias** que não têm acesso aos sistemas convencionais de financiamento da habitação. Esse auxílio será concedido sob a forma de cheques a serem utilizados na compra de material de construção, sujeito à comprovação das notas fiscais referentes aos materiais adquiridos e usados nas obras. Esses cheques são utilizados, em seguida, pelo comerciante para pagar o ICMS de suas empresas.

- 3. Promover a consolidação e expansão do sistema de transporte, melhorando as condições de deslocamento da população e escoamento da produção para os centros consumidores.**
 - ? Executar a pavimentação e restauração da malha rodoviária estadual, dando prioridade às seguintes rodovias:

- **No sul do Pará:** a **PA-279** (entre S. Félix, Tucumã, e Ourilândia/Água Azul e Xinguara); a **PA-252** (entre Mãe do Rio e a PA-475); a **PA-256** (entre Paragominas e o rio Capim);
 - **No Baixo Tocantins:** a **PA-151** (entre Baião e a PA 252, com 176 km) e a **PA- 156**, entre Tucuruí e Cametá
 - **Na Margem esquerda do Amazonas:** a **PA-254** (entre Faro e entroncamento com a PA-441, e a partir de Onças/Cipoal/S.João/Miúdo/Jutuarana e Cupim, com 348km);
 - **No Nordeste do Pará:** a **PA-127** (entre Maracanã e S. Domingos do Capim, com 116 km); a PA 136 (69 km) entre Castanhal/Terra Alta/Curuçá/Abade; a **PA-318** (entre PA 136/Marapanim/Marudá/Crispim, 48 km); a **PA-140** (BR 316, Sto.Antônio do Tauá e S. Caetano de Odivelas, 65km); a **PA-412** (entre PA 140 e Vigia, com 6km); a **PA-324** (entre Br 316 e o entroncamento da PA-124, com 61 km); a **PA-124** (entre Santa Luzia e Salinópolis, com 30km) e a **PA- 444** (entre PA 124 e Atalaia, com 8 km).
- ? Articular a bancada federal no sentido de assegurar recursos no Orçamento da União para a conclusão da **BR-163**, da **BR 230** e das **eclusas** e implantação da **Hidrovia Araguaia-Tocantins**; pavimentação da **BR 308** (entre Bragança e Vizeu) e **BR-422** (entre Tucuruí e Novo Repartimento).
- ? Iniciar a implantação do Plano Diretor de Transporte Metropolitano para dar maior racionalidade ao sistema de transporte e melhorar a circulação diária nos principais corredores da Região Metropolitana de Belém, através da:
- criação de vias exclusivas de ônibus na rodovia BR-316, no trecho entre a Alça Viária e o Entroncamento; ao longo da Almirante Barroso e da rodovia Augusto Montenegro;
 - instalação de terminais de integração em Marituba (transporte rodoviário intermunicipal e interestadual), Cidade Nova e Icoaraci (transporte hidroviário) e a requalificação do terminal de São Braz;
 - adoção de um novo modelo de remuneração dos serviços, bilhetagem eletrônica e novo modelo de gestão do setor, compartilhado com as prefeituras municipais;
 - melhorias diversas no sistema viário metropolitano, com a implantação de vias de integração entre os municípios da Região Metropolitana de Belém.
- ? Restaurar e modernizar o terminal de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros de Belém e implantar a regulação e a fiscalização do transporte fluvial intermunicipal de passageiros.
- 4. Consolidar e expandir a infra-estrutura energética, como condição indispensável à municipalização do desenvolvimento.**
- ? Promover a expansão da oferta de energia para a população rural, ampliando de 35% para 50% o número de domicílios rurais com energia elétrica, sem ônus financeiro adicional para os consumidores.
- ? Viabilizar a articulação institucional para a execução, pela Rede Celpe, do projeto de integração elétrica da margem esquerda do Amazonas ao sistema interligado da usina de Tucuruí.

*

?

Ciência, tecnologia, inovação e meio ambiente

Possibilitar que o conhecimento científico e tecnológico se transforme em inovações que gerem resultados efetivos para o desenvolvimento sustentado e implementar uma política ambiental que contenha o avanço sobre novas áreas de florestas nativas.

O grande desafio de evitar a devastação dos recursos naturais sem abrir mão do desenvolvimento econômico, contido no princípio de *desenvolver sem devastar*, tem sido enfrentado pelo Governo Almir Gabriel com muita coragem e realismo.

Até 1995, as ações relativas à questão ambiental não passavam de tímidas operações fiscais de rotina, que não iam além da atividade de licenciamento, com uma cobertura espacial muito limitada, e de eventuais indicativos para a definição de áreas as serem protegidas. Sequer havia o aparato legal indispensável para operacionalizar uma verdadeira política ambiental.

Em relação à ciência e tecnologia o quadro era ainda mais crítico, pois nem mesmo a estrutura para sua implementação havia sido efetivada. A ação do poder público estadual nessa área reduzia-se a uma vaga menção na Constituição Estadual de 1989 sobre a criação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, com recursos equivalentes a 0,3% da Receita Líquida do Estado, sem que, até 1995, tivesse saído do papel.

Hoje, a atuação do Governo do Pará, tanto em relação à Política Ambiental como em relação à Política de Ciência e Tecnologia, é referência nacional. Foram implantados mecanismos institucionais essenciais para a efetiva execução dessas políticas, tais como a lei que institui a Política Estadual de Meio Ambiente; a lei que criou o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia-FUNTEC; o decreto que criou o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia; a instituição do Selo Ecológico; a lei dos Transgênicos; a lei da Política Estadual de Recursos Hídricos; a lei que instituiu a Política Estadual de Florestas e, finalmente, a lei de Diretrizes Gerais do Zoneamento Econômico-Ecológico, recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.

Em relação ao Meio Ambiente, o Pará deu um largo passo, não apenas no que se refere à eficiência das ações de licenciamento, fiscalização, controle e regulação, mas, também, nas ações preventivas, sobretudo, as de monitoramento e educação ambiental.

Na área de Ciência e Tecnologia, o Pará tem investido anualmente cerca de R\$ 5 milhões, privilegiando, por um lado, o financiamento de projetos, através do FUNTEC, voltados sobretudo para a remoção os gargalos que ainda dificultam a formação de cadeias produtivas e, de outro, o apoio à capacitação de recursos humanos .

No Governo de Simão Jatene essas diretrizes serão mantidas, buscando-se, porém, dar saltos decisivos para o desenvolvimento sustentado. No que se refere à política ambiental, ampliando a cobertura das ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental, através de uma célere e segura descentralização, para a qual será fundamental a capacitação dos agentes públicos na esfera municipal, a parceria com o governo federal e a mobilização da sociedade local. A política de ciência e tecnologia deverá configurar-se numa política de inovação de soluções para redução das desigualdades regionais e sociais, ou seja, a serviço do aumento da produção e da geração de renda e da melhoria das condições de vida no campo e na cidade. A condição essencial para a sua implementação é a

cooperação entre as diversas esferas de governo, o setor produtivo e outros segmentos da sociedade, universidades e instituições de pesquisa.

O Programa de Governo de Simão Jatene, no âmbito das políticas de ciência e tecnologia e de meio ambiente, deverá pautar-se, portanto, por quatro estratégias básicas:

- consolidação da fronteira aberta, através da ocupação mais produtiva da terra, como forma de reduzir a velocidade do avanço sobre novas áreas de florestas nativas;
- estímulo à formação de cadeias produtivas, proporcionando geração de emprego e renda, a partir do incentivo à atividades de setores tradicionais (florestal, agrícola, pecuário, mineração, extrativista, pesqueiro etc.), assim como a atividades novas que se destacam pelo seu potencial de desenvolvimento sustentável e de geração de trabalho e renda, tais como: o ecoturismo, indústria de processamento de produtos da floresta nativa, etc.;
- fortalecimento do conhecimento científico e tecnologia voltado para a busca de alternativas de uso sustentável dos recursos naturais, tendo por base as recomendações da Agenda Positiva do Estado do Pará 2000;
- fortalecimento institucional, através de investimentos em capital humano e aperfeiçoamento dos instrumentos disponíveis para a ação do governo estadual, relacionados sobretudo às ações de fiscalização, monitoramento e aplicação da lei e às diversas formas de incentivos fiscais e econômicos.

Ações e metas

1. Apoiar a formação especializada de recursos humanos, de modo a ampliar o contingente de pessoal qualificado para criar a massa crítica necessária ao desenvolvimento do Estado.

- ? Promover e apoiar a realização de programas de capacitação de pessoal em gestão de ciência e tecnologia e em gestão ambiental .
- ? Estimular a formação, atração e fixação de recursos humanos com nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado e de outros profissionais *senior*.
- ? Promover ações de fomento e estímulo às atividades científicas e tecnológicas, através de bolsas de estudo para formação especializada e da realização de eventos relativos à política de ciência e tecnologia.

2. Promover e apoiar a expansão e modernização da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias destinadas a aumentar o valor agregado dos produtos regionais e a melhorar a qualidade de vida.

- ? Apoiar, em consórcio com outras fontes de recursos, projetos de recuperação da infra-estrutura instrumental de laboratórios no Estado para a execução de testes de qualidade, padronização e certificação de produtos destinados à comercialização no mercado nacional e internacional.
- ? Apoiar programas e sistemas de divulgação e difusão do conhecimento científico e tecnológico, com ênfase em resultados de estudos, pesquisas e experiências de aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

3. Incentivar a geração e difusão de tecnologias apropriadas em duas grandes vertentes: a) para a solução de problemas da população, sobretudo as de baixa renda, e b) dar suporte aos processos produtivos, com ênfase no fortalecimento das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.

- ? Ampliar e potencializar os recursos destinados ao financiamento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, através do FUNTEC consorciado ao Fundos Setoriais

de Ciência, Tecnologia e Inovação e a outras fontes de recursos públicos e privados para apoio ao setor, dando prioridade, dentre outras, às seguintes áreas temáticas:

- infra-estrutura de transporte, energia renovável, saneamento, abastecimento, comunicação e saúde;
- biotecnologia com resultados voltados para a melhoria da saúde da população;
- aproveitamento econômico da biodiversidade (alimentos, fármacos, cosméticos);
- superação de pontos de estrangulamento das cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento sustentado (processamento da madeira e móveis, frutas, flores, pesca, aquicultura, pecuária de pequeno, médio e grande portes, óleos e gorduras vegetais, cerâmica, jóias e artesanato mineral, etc.);
- materiais e soluções alternativas para a construção civil.
- prevenção e controle de desastres naturais e recuperação do meio ambiente.

4. Intensificar o processo de descentralização da gestão ambiental, que vem sendo desenvolvido com recursos do Programa de Proteção das Florestas Tropicais.

- ? Dar prosseguimento ao Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI/PA), que visa descentralizar a gestão ambiental no Estado, dando prioridade para as regiões Nordeste Paraense e Sudeste do Pará.

5. Fortalecer a gestão de áreas protegidas

- ? Implementar o gerenciamento das 7 Unidades de Conservação, legalmente constituídas, envolvendo 19 municípios paraenses.
- ? Implementar o Programa de Proteção do Parque Ambiental de Belém, visando garantir a proteção dos mananciais de abastecimento de água de Belém e Ananindeua.

6. Efetivar a execução do Zoneamento Econômico-Ecológico

- ? Consolidar a metodologia e executar o ZEE em 36 municípios que integram os principais eixos de desenvolvimento do Estado e que compõem o chamado “arco de desmatamento” do Estado do Pará.

7. Expandir e intensificar as ações de controle e prevenção da devastação dos recursos florestais.

- ? Monitorar e coibir o desmatamento e as queimadas no Estado, com prioridade para os municípios das bacias hidrográficas dos rios Xingu e Tocantins.
- ? Implementar o gerenciamento do Manejo Florestal Comunitário de em 6 municípios da bacia do rio Xingu.

8. Implementar a gestão dos recursos hídricos

- ? Promover a proteção e recuperação de florestas de recargas hídricas no Sul e Sudeste do Pará, envolvendo 20 municípios.
- ? Promover o ordenamento ambiental dos recursos pesqueiros na zona costeira paraense e nas bacias dos rios Tocantins e Trombetas.

9. Promover a implantação de programas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais na Região Metropolitana de Belém, Marabá, Santarém, Salinópolis, Bragança, Castanhal.

?

Expansão e humanização das ações de saúde

Assegurar uma saúde pública de qualidade e o atendimento humanizado para responder às necessidades das populações locais

A política de saúde a ser adotada no Governo de Simão Jatene representará um novo patamar, no processo de universalização dos serviços de saúde, agregando-se aos avanços que foram realizados nos anos recentes.

Durante a gestão de Almir Gabriel foram expandidos de forma significativa os serviços de alta e média complexidade, até então inacessíveis às populações mais pobres.

Dentre os resultados alcançados destacam-se a ampliação de 320% na capacidade de atendimento a recém-nascidos de alto risco, a ampliação da capacidade de terapia renal substitutiva em 120%, a instalação dos serviços de hemodiálise, ressonância magnética, transplante cardíaco e de córnea.

Igualmente importante foram a conclusão do Hospital das Clínicas e a construção do Posto Avançado do Hospital de Rede Sarah Kubitschek (em fase final de conclusão).

Outro destaque deve ser dado à introdução do serviço especial de proteção à saúde da mulher, tanto nos serviços de alta e média complexidade como em ações preventivas, especialmente as voltadas para a redução da mortalidade materna e perinatal: implantação de albergue para gestante de alto risco, implantação do serviço de aleitamento materno, programa de atenção à mulher vítima de violência, Programa Mãe Canguru, além do Programa Maria Maria que referencia para as unidades de saúde as gestantes e crianças desnutridas.

O bom resultado das ações na área de saúde, além do crescimento de 50% do número de leitos colocados à disposição da população, é retratado num dos indicadores que mais evidenciam a melhoria na qualidade de vida: a taxa de mortalidade infantil, que de 38/1000 nascidos vivos no início do Governo, caiu para 22/1000 em 2001.

No Governo de Simão Jatene as melhorias na saúde irão avançar mais e, para tanto, a diretriz central de atuação do setor será a desconcentração dos serviços de alta e média complexidade, visando ampliar sua acessibilidade aos que moram no interior do Estado.

Quanto à atenção básica, a ênfase no Governo de Almir Gabriel foi descentralizar para os municípios, instância de poder local mais próxima da população, e, portanto, mais apropriada para identificar suas necessidades. No Governo Simão Jatene, esse processo será fortalecido com programas de capacitação institucional das Prefeituras, sendo especialmente reforçados os processos de supervisão e acompanhamento de resultados.

Ações e Metas

- 1. Regionalizar o atendimento hospitalar de alta e média complexidade, atualmente concentrado em Belém, implantando o serviço de retaguarda de saúde em municípios pólo.**

✍ Conclusão do Pronto Socorro Metropolitano, em Ananindeua, com capacidade para 215 leitos.

- ✍ Implantação de Hospitais Regionais em Marabá, Santarém, Altamira, Breves e Redenção.
- ✍ Ampliar o Programa de Residência Médica dos Hospitais de Referência situados em Belém, buscando firmar parcerias com hospitais e clínicas do setor privado, para formação de especialistas que integrarão as equipes médicas dos Hospitais Regionais.
- ✍ Estimular a participação das entidades de classes, especialmente das Sociedades Especializadas, na elaboração de programas conjuntos, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
- ✍ Adotar política de cargos e salários que contemple a interiorização, a complexidade da atividade e a titulação do Servidor, com vinculação a indicadores de desempenho de trabalho.

2. Apoiar a execução das Ações Básicas de Saúde pelos municípios, de forma a melhorar o desempenho dos indicadores de saúde.

- ? Reforçar a supervisão da execução das ações básicas de saúde pelos municípios, tais como, Pré-natal, Vacinação, Controle de tuberculose, Hanseníase e Diabetes, Prevenção do Câncer e Desnutrição.
- ✍ Apoiar a implantação do Programa de Saúde da Família em todos os municípios.
- ✍ Estimular a implantação, pelos municípios, de serviços diferenciados de atenção à saúde da mulher, através de incentivo financeiro a ser repassado aos municípios que aderirem ao programa conforme meta de produtividade a ser pactuada, com ênfase na redução das taxas de mortalidade materno e infantil.
- ✍ Participar do financiamento de ações básicas de saúde dos municípios, através de repasses ao Fundo Municipal de Saúde.
- ✍ Apoiar a ampliação do Programa de Agentes Comunitários (PAC) e do Programa de Saúde da Família (PSF) e estabelecer cooperação para a capacitação de agentes locais (parteiras, agentes comunitários, etc.).

3. Intensificar a Vigilância Epidemiológica e o controle de vetores de doenças endêmicas, inclusive através do apoio aos municípios na execução de programas de capacitação de recursos humanos, campanhas de vacinação e de esclarecimento à população.

*

?

Oportunidades educacionais para todos

Ampliar o acesso ao ensino médio, elevar a qualidade da educação em todos os níveis e fortalecer a integração entre a formação profissionalizante e o ensino superior com o mercado de trabalho, na perspectiva do desenvolvimento local.

A educação – um direito de todos, reconhecido pela Constituição Brasileira – não é, por si só, garantia do emprego. É, porém, indiscutivelmente, uma condição indispensável para a inserção e ascensão das pessoas no mercado de trabalho e para o seu acesso pleno à cidadania.

O Governo Almir Gabriel deu prioridade à expansão e ao fortalecimento do sistema educacional como via preferencial de promoção social, eliminando praticamente o déficit no ensino fundamental – a proporção de crianças de 7 a 14 anos fora da escola caiu, nos últimos 8 anos, de 8,7% para 0,1%.

No ensino médio, o déficit declinou de 38,0% para 14,9%. Isso representou a oferta de mais 438 mil vagas escolares.

O ensino profissionalizante foi alvo de um esforço extraordinário do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, assegurando a construção de 6 Escolas de Trabalho e Produção em 2002 e de 12 outras projetadas para serem implantadas em diferentes regiões do Estado.

No ensino superior o principal avanço foi a interiorização crescente da Universidade Estadual do Pará - UEPA, que duplicou o número de cursos e mais que triplicou as matrículas no interior do Estado.

Acabou-se com o famigerado “aluno-jacaré” e adquiriu-se quase um milhão de livros escolares para distribuição, inclusive, para entre os alunos de ensino supletivo que, em sua maioria, são trabalhadores e, portanto, não têm fácil acesso às bibliotecas.

A despeito dos resultados excepcionais alcançados, muito ainda há que ser feito nessa área. A prioridade, mais do que nunca, agora deve focar a expansão e consolidação do ensino médio e do ensino profissionalizante, sem descuidar, evidentemente, dos demais segmentos do sistema educacional.

Esse caminho torna-se imperioso sobretudo em razão da mudança por que passa o mercado de trabalho, que exige dos trabalhadores níveis cada mais elevados de escolaridade e profissionalização. Cabe, pois, intensificar esforços nessa área, avançando nos resultados já alcançados e assumindo novos compromissos, tendo em vista um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e o processo de construção da cidadania em curso no nosso país.

Ações e Metas

- 1. Apoiar os municípios na universalização do acesso à escola no ensino Fundamental, mantendo a estreita cooperação técnica e financeira com a União para a manutenção do FUNDEF, dos recursos da Bolsa-Escola e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).**

- 2. Universalizar a educação do ensino médio, ampliando em 50% a oferta de matrícula neste nível.**
- 3. Adotar medidas para redução dos índices de evasão e repetência escolar:**
 - ? Incentivo à ampliação dos conselhos escolares e outras medidas para aproximação família/ escola;
 - ? Apoio a programas de transporte escolar municipais em áreas de difícil acesso;
 - ? Adesão aos programas de incentivo à manutenção das crianças na escola (Bolsa-escola);
 - ? Apoio aos programas de erradicação do trabalho infantil.
- 4. Disseminar a pedagogia da alternância apropriada à educação nas áreas rurais, assegurando a manutenção das Casas Familiares Rurais na Região da Transamazônica.**
- 5. Assegurar a execução do Projeto “Biblioteca e Integração das Telemáticas de Ensino” (BITE), através da implantação de bibliotecas informatizadas em pólos regionais, interligadas em rede à todas as escolas de nível médio.**
- 6. Implantar o Instituto Lauro Sodré de Ciência e Tecnologia, como novo padrão de referência para o uso de recursos tecnológicos na ação pedagógica.**
- 7. Concluir a implantação das 18 Escolas Regionais de Trabalho e Produção, formando e reciclando profissionais com ensino técnico adequado ao perfil produtivo das economias regionais.**
- 8. Concluir até 2005, o programa capacitação e habilitação de todos os professores leigos, assegurando que todos os professores tenham nível superior.**
- 9. Apoiar e estimular as instituições universitárias para a ampliação e interiorização do ensino superior no Estado.**
- 10. Propiciar o acesso à escola para populações rurais, grupos indígenas e comunidades quilombolas, respeitando a diversidade cultural.**

*

?

Valorização da cultura paraense e apoio ao esporte e ao lazer

Promover, através da cultura, dos esportes e do lazer, o fortalecimento da auto-estima do povo paraense, aproveitamento da diversidade de recursos turísticos e a inclusão social

Um dos maiores legados do Governo Almir Gabriel é, inequivocamente, o resgate do que chamamos de “paraensismo”, expressão que sintetiza todo o esforço de fortalecimento da auto-estima do povo do Pará e de superação do pessimismo resultante de muitos anos de descaso e de falta de perspectivas quanto ao futuro do Estado.

As ações nessa área têm tido, também, uma importância crucial para desencadear o desenvolvimento do turismo receptivo, contribuindo, assim para a dinamização da economia paraense, gerando emprego e renda para a população. Nesse processo têm sido fundamentais as ações e investimentos voltados para a valorização do patrimônio histórico e resgate da cultura local, como atrativos turísticos.

Muito importantes, também, foram as ações realizadas na área dos esportes, antes inteiramente à margem da ação governamental. Essas iniciativas, além de projetarem o Pará no cenário esportivo nacional, permitiram que a prática esportiva pudesse ser utilizada como instrumento de inserção social.

A conclusão do Estádio Olímpico do Pará (antigo Mangueirão) foi, nesse sentido, estratégica para o extraordinário resultado do esforço desenvolvido para incluir o Pará em importantes circuitos esportivos nacionais e internacionais, como o Grand Prix do Atletismo, o Campeonato Sulamericano de Natação e a Copa dos Campeões, bem como para consolidar importantes projetos nas áreas de esporte e lazer.

Tendo em conta, portanto, que as grandes referências para o desenvolvimento das ações culturais, esportivas e de lazer popular no Estado já estão postas, caberá ao Governo de Simão Jatene não apenas consolidá-las, mas, sobretudo, disseminá-las por todo o interior do Estado, identificando e apoiando o desenvolvimento das potencialidades dos municípios, a partir das iniciativas locais nessas áreas. Essas ações devem integrar a estratégia de apoio à municipalização do desenvolvimento, como forma de dinamizar a economia e fortalecer a identidade da sociedade local e a integração regional.

Ações e Metas

1. Consolidar e ampliar o incentivo à criação e produção cultural.

- ? Manter e promover a política de incentivo à cultura, através de incentivos fiscais (Lei Semear), para aplicação em projetos nas áreas das artes plásticas e ciências, da fotografia da música e dança da dramaturgia, da poesia e literatura, do cinema e vídeo e demais mídias contemporâneas.
- ? Consolidar e expandir todos os instrumentos, programas e projetos de difusão e integração cultural, dentre os quais: o Fórum Pan-Amazônico de Cultura e Meio Ambiente; a Feira do Livro; as políticas de edição de CDs (selos SECULT: Uirapuru, Pará Instrumental, O Pará e a Música e Obras Raras e Inéditas), e de livros e

revistas, com ênfase em autores paraenses; concursos juninos (Paixão do Boi e Festa da Gente); a premiação periódica às expressões artísticas (Waldemar Henrique, de música popular e Bidu Sayão, de canto lírico).

- ? Realizar, em sistemas multimídia, com inserção na Internet, o registro da produção e do acervo de artistas paraenses em pintura, desenho, gravura, escultura, fotografia e demais mídias contemporâneas (Série Galerias Virtuais).
- ? Institucionalizar a Orquestra do Theatro da Paz e criar seu Corpo de Baile e Coral, estimulando produções e montagens regulares de espetáculos.
- ? Realizar, em parceria com os municípios, circuitos por cidades do interior nas áreas de teatro e artes plásticas (projeto Veredas Paraenses), a partir das pautas regulares dos teatros, museus e galerias sob a responsabilidade do Governo do Estado.
- ? Implantar um Centro-Eventos, expandindo, em parceria com a CDP e demais entidades afins, o conjunto Cultural e Turístico Estação das Docas (em função do deslocamento do porto de Belém para Barcarena), dotando-o, inclusive, do Museu da Cultura Popular
- ? Projetar e viabilizar a implantação do Parque Ecoturístico do Guamá, dotando-o de um centro de convenções, parque temático, área de exposição, aquários, hotéis, restaurantes e outros equipamentos e serviços de apoio ao turismo.

2. Valorizar a memória e a identidade cultural paraense, através da proteção ao patrimônio cultural material e imaterial do Estado.

- ? Dar continuidade à política de preservação ao patrimônio ambiental existente e ainda íntegro.
- ? Mapear as áreas de relevância por seu conteúdo cultural, histórico e artísticos, promover estudos arqueológicos e históricos no sentido de catalogar os sítios das culturas marajoara e tapajônica, com vistas à sua inclusão como “patrimônios culturais da humanidade” e dar continuidade ao sistema de informações sobre os bens estaduais tombados, como instrumento de proteção ao patrimônio.
- ? Estabelecer novas parcerias com o setor privado para a preservação da memória cultural e dar continuidade às ações de preservação e valorização do patrimônio em municípios paraenses mais antigos (projetos Museus Contextuais do Patrimônio Histórico e Conhecer Para Preservar) e às intervenções de reabilitação urbana iniciadas no núcleo inaugural da cidade de Belém (projeto Feliz Lusitânia).
- ? Capacitar recursos humanos específicos na área do restauro de artefatos ligados ao patrimônio cultural histórico e artístico, que possibilitem criar e implantar, na Região Metropolitana de Belém, o Centro de Preservação e Restauro.

3. Implementar, em parceria com os municípios, uma política de difusão de suas manifestações culturais mais genuínas e consolidar a descentralização das ações culturais.

- ? Instalar em todo o Estado, a partir das mesorregiões, os Centros Populares de Cultura (CPCs), como suportes para a realização de atividades artísticas e circuitos culturais, reativando, através desses núcleos, o projeto “Arrastão Cultural” e seus sub-projetos (“Encontro de Afluentes”, “Preamar”, “Pororoca” e “O Pará Visita o Pará”), com ênfase nas formas de expressão e costumes mais tradicionais existentes nos municípios.
- ? Fomentar a criação de Bandas Municipais em todas as regiões do Estado.

- ? Organizar e realizar o I Censo Cultural do Pará, com edição em CD-R e a ser disponibilizado através da Internet.
- ? Instituir o Prêmio Dalcídio Jurandir e promover concursos anuais vistas a revelar novos talentos na área da literatura.
- ? Desenvolver o projeto Fontes para a história dos Municípios Paraenses, a cargo do Arquivo Público.

4. Consolidar as ações voltadas para a valorização da prática esportiva, também como instrumento de inclusão social.

- ? Garantir, através do esforço de negociação, a realização no Estado de competições esportivas de prestígio nacional e internacional, dentre os quais o Pré-Panamericano de Box, classificatória para o Campeonato Panamericano de Box em 2003, em São Domingos; o II Campeonato Panamericano Infanto-juvenil de Saltos Ornamentais e o XV Campeonato Mundial Infanto-juvenil de Saltos Ornamentais Junior; o XIX Gran Prix de Atletismo e os Jogos da Juventude.
- ? Construir o Ginásio Poliesportivo (Centro-Eventos), com capacidade para 10 mil pessoas, destinado à prática de esportes olímpicos e adaptado, também, para a realização de grandes eventos.
- ? Construir um Parque Aquático adequado ao atendimento dos atletas para-desportivos
- ? Ampliar os projetos “Navegar” e “Fábrica de Ídolos”, como formas de inclusão social e de geração de renda para os jovens com potencial competitivo.
- ? Incrementar a prática de esportes entre as comunidades indígenas e quilombolas.
- ? Criação novas oportunidades de esporte e lazer para as pessoas da Terceira Idade.
- ? Ampliar os recursos do projeto Esporte Solidário/Papo Cabeça, de forma a atingir os municípios com maior índice de delinquência infantil e incrementar parcerias com os governos federal e municipal para otimizar os recursos já alocados para práticas desportivas.
- ? Estimular a prática do esporte náutico e de esportes radicais e de aventura também como meio de atração turística para o Estado, estimulando a participação de jovens, também como forma de afastá-los do mundo das drogas.
- ? Estimular competições nas escolas públicas, com premiação em alimentos e outros produtos de necessidades básicas, como forma de reduzir o abandono escolar e de aumentar o interesse dos jovens pela prática de esportes.
- ? Instituir um programa de incentivo à formação e aperfeiçoamento de profissionais de Educação Física e técnicos esportivos, prioritariamente aqueles vinculados ao projeto Fabricação de Ídolos, como espaço associado ao Hospital Sarah Kubistshek.

*

?

Segurança para todos os cidadãos

Reforçar a estratégia de integração das ações na área de Defesa Social, visando combater a violência e a falta de segurança, sobretudo nos maiores centros urbanos e no campo, com ênfase na capacitação de pessoal para o melhor cumprimento de suas missões, sobretudo aquelas de natureza preventiva.

O Estado do Pará possui hoje um dos melhores sistemas de gestão dos serviços voltados para segurança do cidadão e garantia dos direitos constitucionais. Além da integração técnica e operacional das Polícias Civil e Militar, e da implantação do Sistema de Defesa Social, envolvendo todos os órgãos da área de segurança e justiça, foi realizado um enorme esforço de aparelhamento das polícias com veículos e armamentos modernos, contratação de novos policiais, capacitação e assistência ao efetivo; desenvolvida a criminalística e a medicina legal; aumentado o sistema penal; e realizada efetiva modernização da gestão do trânsito.

Faz parte também desse modelo, a implantação de mecanismos de integração entre o aparato policial e a sociedade, com a implantação dos Conselhos interativos; de redes policiamento comunitário; da Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública e das Corregedorias de Polícia, permitindo a apuração de denúncias contra abusos policiais.

A implementação desse modelo, pioneiro no Brasil, possibilitou um avanço no combate à criminalidade e à violência, com uma redução significativa de todos os indicadores de criminalidade nas áreas de maior concentração de ocorrência, como a Região Metropolitana de Belém.

A apuração desses indicadores, que antes não eram sequer disponíveis, só foi possível a partir da informatização das delegacias, que permitiu a obtenção de dados mais confiáveis sobre a situação da segurança pública no Estado. Hoje o Pará, com uma taxa de 26 homicídios por 100.000 habitantes, coloca-se como o quarto Estado menos violento do Brasil, bem abaixo da média nacional.

A ação mais efetiva da política provocou, por outro lado, aumento no número de prisões efetuadas, levando o Estado a ampliar de 720 para 4.100 o número de vagas prisionais.

Todo esse esforço, entretanto, deve continuar avançando em direção a duas vertentes principais. De um lado, buscando estreitar o relacionamento entre o sistema de defesa e a sociedade, envolvendo, cada vez mais, os municípios na questão segurança, adotando e universalizando a não violência, com ênfase para criação de mecanismos de negociação em todas as situações, inclusive a partir da escola. De outro, combatendo com rigor o crime organizado, dando aos policiais, para isso, formação especializada para enfrentar as várias modalidades criminosas e ampliando o policiamento ostensivo nos eixos de circulação no Estado, através de operações integradas com outras órgãos estaduais que efetivam ações fiscalizadoras (tributária, ambiental, trânsito e transporte).

Ações e metas

- 1. Intensificar o esforço nos trabalhos preventivos, e reforçar os mecanismos de aproximação entre polícia e sociedade.**

- ✍ Implantar o policiamento comunitário em localidades com menos de 6.500 habitantes e intensificar a ronda rural em aglomerados rurais interligados por vicinais.
- ✍ Implantar Postos Avançados de Polícia Comunitária – PAPC nas periferias urbanas da RMB, Santarém, Marabá e Castanhal.
- ✍ Ampliar a implantação, no interior do Estado, do número de Conselhos Interativos de Segurança e Justiça.
- ✍ Aumentar a rede de proteção policial e comunitária às escolas, com a criação de pelotões de policiamento escolar nos municípios, e capacitação de servidores civis para a segurança.
- ✍ Estabelecer mecanismos de mediação de conflito nas escolas, através da capacitação de negociadores escolares.
- ✍ Fortalecer as Ouvidorias e as Corregedorias das polícias civil e militar e estabelecer novos mecanismos permanentes de interlocução social na busca de soluções legais simplificadas e desburocratizadas.
- ✍ Incentivar a criação de Corpos de Bombeiros municipais ou de grupos de voluntários em pequenas comunidades, treinados para atuação em prevenção de acidentes.

2. Instituir um programa de controle da formação e disseminação de gangues jovens.

- ? Promover a mobilização da sociedade e autoridades para a realização de campanhas de reorientação.
- ? Criar espaços de convivência jovem em polos regionais e sub-regionais.
- ? Estimular a participação de jovens em programas de esportes radicais.
- ? Estimular a formação de cooperativas de pequena produção de jovens no setor de indústria e serviços.
- ? Repressão sem tréguas às gangues armadas.

3. Combater a pirataria fluvial dotando a Polícia Civil de delegacia fluvial e a Polícia Militar de barcos de abordagem e barcos regionais para ronda nas localidades ribeirinhas.

4. Intensificar o combate ao crime organizado, em todas as suas manifestações, principalmente as mais agressivas

- ✍ Implantar o Sistema de Policiamento Integrado do Estuário do Rio Amazonas, conjugando ações de todos os agentes com atuação na pesca, navegação, meio ambiente, proteção às comunidades ribeirinhas, etc., convergindo ações de combate ao crime e contra a acidentalidade.
- ✍ Criar grupos especializados para combate às várias modalidades de crime organizado, fortalecendo especialmente as atividades de inteligência, armamento e mobilização, para pronta intervenção em qualquer região do Estado.
- ✍ Ampliar o Sistema de Policiamento Rodoviário Integrado existente no Sudeste, Nordeste e Sudoeste do Pará, para operação conjunta com outras entidades fiscalizadoras (de trânsito, transporte, meio ambiente e tributos).
- ✍ Criar Grupos de Ação Tática Integrada, envolvendo todos os órgãos policiais, para busca e desmonte de quadrilhas de assaltantes.

5. Garantir os direitos civis e constitucionais da sociedade

- ✍ Ampliar a atuação do projeto Raízes com envolvimento dos governos municipais e da sociedade civil na articulação de ações voltadas para a garantia dos direitos civis das minorias étnicas ainda precariamente assistidas.

- ✍ Interiorizar e ampliar o raio de ação do Projeto Cidadania, que visa facilitar o acesso a documentos essenciais para o exercício da cidadania .

6. Fortalecer as ações educativas e de repressão aos delitos de trânsito, visando a redução das mortes em acidentes

- ✍ Ampliar para o interior do Estado os serviços regulares de habilitação e licenciamento no trânsito.
- ✍ Intensificar ações de educação no trânsito, e estimular os municípios a realizarem projetos de sinalização de vias.

*

?

Fortalecimento institucional

Promover o fortalecimento das instituições públicas e privadas no âmbito municipal, tendo em vista a capacitação e articulação de agentes para a formulação, execução e acompanhamento das ações estratégicas de desenvolvimento local, visando criar novas oportunidades de trabalho e acesso aos serviços de saúde, saneamento e assistência social.

Um dos maiores ganhos propiciados à sociedade paraense pelo Governo Almir Gabriel foi, sem dúvida, o resgate da credibilidade e da governabilidade, alcançado através do rigoroso esforço de reequilíbrio fiscal realizado nos primeiros anos de sua gestão.

A partir do ajuste fiscal realizado, através da racionalização, controle e redução seletiva do gasto público, e do aperfeiçoamento nos mecanismos de arrecadação, foi possível deslançar o vigoroso programa de obras nos anos seguintes.

Às obras estratégicas de infra-estrutura foi agregado um outro importante conjunto de medidas, destinadas ao incentivo e fomento às atividades produtivas, que propiciaram o rompimento definitivo com a estagnação da economia extrativista que impedia a ampliação e a abertura do mercado de trabalho e a expansão da renda.

Uma outra importante vertente do processo de gestão estratégica empreendido pelo Governo Almir Gabriel foram as ações voltadas para a municipalização da prestação dos serviços relacionados ao ensino fundamental, atenção básica em saúde e assistência social. Tais ações, sempre acompanhadas de mecanismos de participação e controle social sobre as ações descentralizadas, deram corpo a efetivo processo de aproximação entre estado e sociedade.

É hora, portanto, de avançar em outras dimensões do processo aperfeiçoamento da gestão do Estado.

Uma vez asseguradas as pré-condições necessárias para o crescimento da base produtiva estadual, se impõe a incorporação de uma nova dimensão às estratégias de governo – **a dimensão local do desenvolvimento**, incorporando a participação de novos atores ao processo de gestão da transformação e da melhoria de qualidade de vida iniciado pela gestão Almir Gabriel, o que pressupõe:

- ? valorizar a dimensão territorial no planejamento e na execução das ações de governo, de forma a considerar as diferenças sociais e culturais e as necessidades e potencialidades locais.
- ? entender a sustentabilidade do desenvolvimento como resultado do esforço empreendido pelo conjunto de economias locais.
- ? fortalecer o poder local e regional como catalisadoras do desenvolvimento, conferindo um novo conteúdo aos tradicionais programas de municipalização, que deixam de ser uma mera descentralização administrativa para se transformar em programas de motivação de iniciativas locais, com vistas à maior eficácia das ações transformadoras.

Ações e metas

1. Promover o aumento da eficiência da gestão das ações de governo

- ✍ Capacitar equipes dos governos estadual e municipais e de instituições representativas da sociedade local, como **estímulo à criação de agências regionais de desenvolvimento**, qualificadas para atuar na identificação de potencialidades econômicas, exercer a interlocução com parceiros estratégicos e com os organismos oficiais de fomento, criar ambiente favorável à inovação tecnológica, objetivando criar condições de atratividade para a implantação de programas e projetos de apoio ao fortalecimento da economia local.
- ✍ Implantar o Projeto Universidade da Cidadania, em parceria com os governos federal e municipais, universidades públicas e privadas, organizações não-governamentais e outros parceiros, com vistas a investir na capacitação de conselhos municipais que têm a função de deliberar e controlar as políticas públicas. É fundamental para o processo de **municipalização do desenvolvimento** fortalecer a participação da sociedade, em todos os níveis, para o efetivo controle social de políticas públicas.
- ✍ Criação de fóruns de discussões envolvendo governos municipais, associações de municípios, empreendedores locais, bancos, cooperativas e outros órgãos públicos, objetivando o estabelecimento de planos estratégicos de desenvolvimento regional/municipal, de acordo com as especificidades e potencialidades das diversas regiões do Estado.
- ✍ Consolidar o programa de modernização fazendária, como instrumento de expansão da base tributária e, conseqüentemente, da arrecadação própria do Estado, assegurando o cumprimento das metas de desempenho, tanto para a arrecadação, quanto para a eficácia dos procedimentos fiscais e financeiros.
- ✍ Intensificar a articulação entre os governos estadual e federal, no sentido da implantação do Fundo de Compensação aos estados que possuem maiores contribuições para o saldo positivo da balança de pagamentos brasileira.
- ✍ Condicionar o acesso a transferências voluntárias de recursos aos municípios à participação em programas de capacitação institucional das prefeituras nas diversas áreas da administração pública (responsabilidade fiscal, administração tributária, gestão de recursos humanos, desenvolvimento urbano, etc.)
- ✍ Implantar a Escola de Governo, com finalidade de capacitar agentes públicos estaduais para o desempenho de suas funções e para a formação de gestores em alta direção, diretamente, ou em parcerias com outros entes públicos e privados.
- ✍ Articular a implantação do sistema gestor metropolitano, viabilizando o planejamento e execução de ações integradas para problemas comuns aos municípios da RMB

2. Implantar uma política de recursos humanos voltada para a valorização integral dos servidores públicos estaduais, dando prioridade a:

- ? Criar e implantar o Fundo de Valorização do Servidor Público, constituído por recursos oriundos do acréscimo real da arrecadação estadual, a serem utilizados na promoção de benefícios indiretos aos servidores públicos estaduais.
- ✍ Implantação de sistema de avaliação por desempenho e resultados associado a um sistema de premiações.
- ✍ Estímulo à participação dos servidores públicos em programas de capacitação e pesquisas voltados para a administração pública, como bolsas de estudos e financiamento de pesquisas.

- ✍ Profissionalização do servidor e aos programas de incentivo à formação de talentos e de melhoria de qualidade de vida.
- ✍ Atualização e manutenção do pagamento das progressões funcionais horizontais do grupo magistério.
- ✍ Ampliação do programa de habitação para os servidores públicos e em especial os de menor renda.
- ✍ Ampliação dos benefícios do Plano de Assistência à Saúde dos servidores públicos estaduais.

*